

A mobilização do servidor do Estado

IVO FAMILIAR

Atuário com exercício no D.A.S.P.

TEVE já início a mobilização dos cidadãos brasileiros até a idade de 43 anos.

A classe de servidores, composta de cerca de 150.000 pessoas, pode fornecer um contingente apreciável para as forças armadas do país.

O problema mais importante para o serviço público é, no momento, fazer com que a convocação cause o mínimo de perturbação aos serviços.

E' ponto fundamental que o abastecimento das forças armadas e todos os serviços da retaguarda são tão importantes como a própria luta; a guerra hoje é bastante complexa, devido a esses aspectos, e não é decidida, exclusivamente, pela vitória de algumas batalhas.

E' digna de elogios a prudência com que se desenvolve a mobilização, sem que, até agora, tenha havido perturbações na economia, na indústria, ou em qualquer outro ramo da atividade nacional.

A organização das atividades desfalcadas de seus elementos de produção é o maior problema de um país que se prepara para a participação na guerra.

Nos quadros do serviço público, grande é o número de servidores que poderão ser convocados para o serviço de defesa ou mesmo para integrar as forças armadas.

De acordo com o censo efetuado em 1937 pela comissão organizadora do I.P.A.S.E., da qual fizemos parte, pode-se ter uma primeira idéia do problema.

Se classificarmos os servidores do estado por idades, iremos encontrar uma distribuição característica da maioria das atividades profissionais, em seus aspectos gerais.

Tendo um número muito restrito de menores, a partir de 18 anos, o número de servidores cresce rapidamente atingindo o máximo nas imediações dos 30 anos. Daí por diante decrescem lentamente as frequências até a idade de 68 anos, quando ocorre a aposentadoria compulsória.

Se marcarmos as idades de 44 e 21 anos, como limites entre os quais se encontram os que podem ser convocados, iremos encontrar 50 % do total de servidores, pelo menos, já que 20 % são compostos por mulheres.

Embora seja possível fazer algumas restrições aos dados aqui apresentados, já que não correspondem ao estado atual da massa, os resultados, se expressos em percentagem, não poderão se afastar sensivelmente da realidade, e o erro cometido pode ser perfeitamente desprezado.

Encontram-se, portanto, no serviço público cerca de 75.000 indivíduos passíveis de convocação.

E' evidente que tendo 50 % do número de servidores afastados de suas funções não poderia o serviço público funcionar, já que a convocação teria recrutado justamente os mais produtivos.

Este é a nosso ver o problema mais importante do momento — como permitir o afastamento de um grande número dos atuais servidores, sem que a eficiência do serviço seja sensivelmente afetada?

E' claro que a mobilização não pode ser instantânea, sendo até possível que não venha atingir todas as classes, mas isto não é motivo para não nos prepararmos.

A solução ideal seria dispor de um plano de adaptação de todas as atividades ao esforço de guerra, tendo previsto todas as substituições e a necessária reorganização dos serviços.

Analisando-se as funções exercidas no serviço público, encontram-se as mais variadas, desde aquelas que exigem para o seu bom desempenho uma longa preparação às mais simples, em que a dispensa imediata do indivíduo não constitue um problema para o administrador.

Qual o tempo de formação de um higienista, ou de um pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz?

Em tempos normais não há, em regra, insubstituíveis. O mesmo não acontece com o país em guerra. O afastamento de um indivíduo só se pode processar em condições que denominaremos de ótimas, quando for possível encontrar um substituto cuja mobilização não seja provável. Isto vem restringir muito o campo de substitutos, limitando-o aos maiores de 44 anos e às mulheres ou aos de capacidade física reduzida.

Quanto maior for o grau de cultura e de instrução exigidos para a formação do profissional, tanto mais difícil será a sua substituição.

Felizmente grande é o número de funções de caráter executivo e que não exigem tão demorada preparação.

Convém observar, entretanto, que, no serviço público, na maioria das funções o grau mínimo de instrução exigido está acima do médio da população. Este fato vem dificultar bastante a substituição de uma grande massa de servidores em pequeno período.

Pela legislação em vigor, na maioria dos casos a admissão é feita precedida de concurso.

Em uma situação de emergência talvez não haja conveniência em manter, em todos os casos, tais exigências, sob pena de não se conseguir o preenchimento das vagas.

Parece-nos que, para cada serviço, dever-se-ia fazer um estudo, um plano de adaptação, bastante elástico para suportar a convocação gradual de todos os servidores mobilizáveis, dispondo-se de pessoas preparadas para a substituição.

Esta preparação exigiria um grande esforço de todos os órgãos do serviço público, para se colocarem nas condições desejáveis de uma produção máxima com o mínimo de pessoal.

Simultaneamente, seria necessário estudar, para cada órgão:

- 1) Adaptação às condições do momento.
- 2) Pessoal de que dispõe, discriminando:

a) os não mobilizáveis.

b) os mobilizáveis.

3) Pessoal necessário e respectivas funções, especificando-se, em cada caso, o grau de experiência mínima para o exercício, a formação profissional, etc.

4) Estudo da possibilidade da formação de reservas e do preparo indispensável dos substitutos.

5) Plano de preparação e seleção dos substitutos.

6) Plano de substituição dos convocados.

O conjunto das medidas a tomar exige uma grande unidade de ação e uma perfeita cooperação de todos os órgãos do serviço público. Não se pode destacar em importância uma fase do trabalho de outra, — tal a dependência entre elas existente.

A adaptação de cada órgão às condições de guerra pode conduzir a resultados bem diversos. Em muitos casos a atividade pode, com a guerra, sofrer um grande decréscimo, devendo-se, então, prever como se processará a extinção do organismo, com o aproveitamento dos servidores disponíveis, em outras funções julgadas indispensáveis.

Em outros, a guerra exigirá um aumento de trabalho com a admissão de novos técnicos e auxiliares. Não é possível traçar regras uniformes. Só o estudo em cada caso particular mostrará a solução mais conveniente.

Reduzindo, sempre que possível, os servidores ao essencial para atender aos serviços, alterados

com a adaptação às condições do momento, poder-se-ia, em cada órgão, definir o número indispensável de servidores para o serviço e as respectivas atribuições.

Como consequência ficariam definidos, em cada setor, os servidores mobilizáveis ou não.

E' claro que o estudo feito para um serviço deve sofrer alterações quando confrontado com os demais.

Estudadas as necessidades de cada órgão, diante do contingente humano disponível, dividido entre indivíduos mobilizáveis e não mobilizáveis, poder-se-ia estabelecer para o conjunto, e para cada atividade profissional, os limites mínimos para o funcionamento do serviço.

Assim, desde as carreiras de formação profissional longa e difícil até as mais simples, poder-se-ia precisar quantos poderiam ser convocados sem necessidade de substituto, e aqueles cujo afastamento só deveria ser efetuado quando se dispusesse de um substituto não convocável, preparado para o exercício da função.

Partindo desses princípios, vê-se que um dos mais importantes problemas a resolver é a formação rápida de novos servidores, que possam ser considerados como reservas do serviço civil.

As circunstâncias definem uma situação de emergência, e parece-nos necessário mudar um pouco as atuais diretrizes do sistema de seleção de servidores. Em vez do concurso, onde se apura o grau de cultura, mais do que a eficiência fun-

cional, poder-se-ia adotar como sistema a preparação do candidato, definindo-se, de antemão, as prováveis funções que iria desempenhar.

Dada a grande necessidade de servidores não convocáveis, é preciso atrair grande número de candidatos cuja capacidade possa ser aproveitada. E' necessário criar uma espécie de voluntariado para essa frente. O concurso, tal como é feito, não é o meio indicado para o fim.

Estudando-se o plano para o conjunto e reduzindo ao mínimo as exigências para cada caso, ter-se-ia a vantagem de preparar os candidatos de acordo com as vagas a preencher.

Este processo, embora mais oneroso, é mais eficaz e tem incontestavelmente a vantagem de garantir uma seleção mais cuidadosa.

O ensino das funções a desempenhar tem sido empregado, com pleno sucesso, nos países que, há mais tempo do que nós, estão participando da guerra e se adaptando, diariamente, às condições da luta.

Preparadas as reservas de cada setor, dando ao ensino um caráter objetivo, será possível substituir os convocados e definir excepcionalmente, pela impossibilidade de formação de substitutos, os que são mais úteis no serviço civil ou, em certos casos, adiar a convocação até que seja possível a substituição.

Cumpre-nos fornecer todo elemento material ou humano necessário às frentes de combate ou às forças armadas sem prejudicar a eficiência dos serviços civis.